

» CB.Saúde | WILLIAM DIB | PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DAS FARMÁCIAS ESTÉREIS

Médico chama atenção para o uso e a comercialização indevidos de canetas emagrecedoras, sem orientação de um profissional

Segurança para emagrecer

» MANUELA SÃ*

O risco das canetas emagrecedoras sem prescrição médica foi o tema discutido, ontem, no programa CB.Saúde — parceria entre o Correio Braziliense e a TV Brasília. Às jornalistas Carmen Souza e Sibebe Negromonte, o presidente da Associação das Farmácias Estéreis e ex-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), William Dib, falou sobre uso e comercialização indevidos desses medicamentos, além de discutir a cannabis, que teve seu cultivo legalizado no Brasil para fins medicinais e de pesquisa. Confira, a seguir, os principais pontos da entrevista.

O Reino Unido emitiu um alerta sobre os riscos de pancreatite aguda por conta do uso descontrolado das canetas emagrecedoras. Faz sentido esse alerta para quem está no Brasil?

Faz todo o sentido. Nenhum medicamento que é eficaz pode ser usado indiscriminadamente sem orientação médica. A Anvisa, há um tempo, já obrigou a venda desses produtos sob estrita receita médica. Há doentes que não podem receber esse tipo de produto. Tem aqueles com histórias de doenças prévias, doenças pancreáticas. No Reino Unido, esse caso é típico, porque lá ainda podem ser usadas canetas emagrecedoras sem receita médica.

Quais são os riscos do mercado ilegal, que vende produtos falsificados?

Os riscos são enormes, porque, quase sempre, são produtos que fazem mal à saúde. Não é só que não produzem o efeito necessário. Com

Bruna Gaston CB/DA Press



Aponte a câmera de celular para assistir à entrevista

frequência, produzem efeitos deletérios à saúde. Não devem ser usados nem comprados remédios vendidos nas esquinas ou por transportadores. Esse mercado tem que ser combatido em prol da saúde. Não é só um problema econômico, é um problema de saúde pública.

O senhor pode explicar a diferença entre o remédio comprado em farmácia e aquele pedido pelo médico nas

farmácias de manipulação?

Na farmácia comercial, sob receita médica, há dois produtos: o Ozempic, que é a semaglutida, e o Mounjaro, a tirzepatida. A classe médica é obrigada a receitar na dosagem que a indústria farmacêutica produz. Quando o médico opta por uma outra dosagem para o seu cliente, ele avia uma receita para a farmácia de manipulação. Depois, ele recebe o remédio e é responsável pela aplicação ao paciente. A farmácia de manipulação não vende tizerpatida para o cliente. Vende para a clínica, médico ou hospital. Isso garante ao paciente e à saúde pública o acesso necessário ao remédio, que a Anvisa é obrigada a

fornecer. Então, as farmácias de manipulação são responsáveis por manipular e fornecer para a classe médica, ou seja, elas têm autorização da Anvisa para fazer isso.

Para o paciente, quais são as garantias de que ele está recebendo a substância correta da farmácia de manipulação?

Se o acesso veio de uma farmácia de manipulação legalizada no país, o paciente pode ficar tranquilo, porque, ao pedir a importação do produto, ela tem de provar a análise dele. Quando o produto entra no porto ou no aeroporto, ele já tem que provar a qualidade junto à Anvisa. Quando ele embala, ele

tem de provar de novo. O produto, além de ter análise específica da sua qualidade, tem a rastreabilidade. O que quer dizer que, se acontecer qualquer coisa com qualquer doente, você vai saber quem fez aquela ampola, o dia em que foi feito e qual foi o erro no processo, se houve erro. Então, você consegue rastrear um possível erro.

Esta semana, saiu uma série de normas, pela Anvisa, que fez com que toda a cadeia produtiva do canabidiol possa ser feita no Brasil, desde a plantação até a comercialização. De que forma as farmácias de manipulação podem atuar



Produtos usados sem prescrição não só não produzem o efeito necessário como, com frequência, causam efeitos deletérios à saúde"

a partir dessas normas?

Acho que essas normas vão beneficiar um mercado extremamente difícil de ser suprido. Eu fui o relator de colocar cannabis medicinal no Brasil. Então, quero parabenizar a Anvisa, porque ela avançou do modo correto. A grande dificuldade do médico, ao prescrever cannabis, é achar a dose. Não há protocolo e não há possibilidade de se criar isso, porque cada doente, criança ou adulto reage de um jeito à dosagem. Se o caso é muito grave, o médico começa com a dose mais alta e vai baixando até descobrir a medida ideal. Se a doença não é grave, ele vai para a menor dose e vai subindo até a medida ideal. Quando ele acha a dose ideal, ela não existe no mercado, porque só há três apresentações no Brasil. Então, a farmácia de manipulação pode ser a tábua salvadora da classe médica e do paciente, que não vai tomar remédio em excesso nem em menor quantidade. Ele vai tomar a dose correta para ele.

*Estagiária sob supervisão de Tharsila Prates

ECONOMIA

Mais de 140 mil MEIs estão inadimplentes

» LARA COSTA

O comerciante Adonai Antônio de Souza, 71 anos, que trabalha como microempreendedor individual (MEI) há cerca de 15 anos, enfrentou sérios problemas financeiros devido ao não pagamento do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS). É por meio dele que o microempreendedor recolhe seus impostos e a contribuição para o INSS.

“Desde que cheguei da Bahia, tinha vontade de abrir meu próprio negócio. Quando o governo autorizou a formalização como MEI, eu abri, mas não consegui arcar com os pagamentos mensais e perdi o controle dos boletos”, relata.

Adonai ficou quatro anos inadimplente, mas, depois, conseguiu parcelar e quitar os débitos; no entanto, segundo ele, ainda há pendências no sistema. “Ainda consta que o ano de 2021 está em débito, sendo que já paguei tudo o que estava em aberto”, afirma.

Por causa dos atrasos, o comerciante, que vende frango assado em casa, relata que sofre impactos financeiros, inclusive, na aposentadoria. “Eu não sabia que os atrasos no pagamento do MEI iriam me complicar desse jeito. Acabei me endividando muito e, por isso, não conseguia pagar as taxas em dia”, lamenta.

Diante da experiência, Adonai reforça a importância de estar em dia com o pagamento. “Se não pagar no prazo, o problema só aumenta. O conselho que eu dou é pagar, mesmo com medo dos atrasos, porque quando fui resolver, vi que outros aspectos, como a minha aposentadoria, foram prejudicados”, destaca.

Na capital federal, o número de microempreendedores individuais em atividade tem crescido. Em 2024, eram 412.184. A Associação dos Empresários e MEIs do Distri-

to Federal (ASSEMBDF) estima que mais de 140 mil estão em situação de inadimplência. Levantamento do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) aponta que 87% dos MEIs do DF afirmaram estar em atividade.

No DF, 66% dos empreendedores mencionaram a necessidade de ter renda como motivação para abrir a empresa. Para outros 31%, a formalização veio após a percepção de uma oportunidade no mercado. A maior parte dos entrevistados (44%) trabalhava com carteira assinada, o que pode indicar que a formalização, muitas vezes, representa uma transição do emprego tradicional para o próprio negócio. Cerca de 22% trabalhavam sem carteira assinada e 15% já eram empreendedores, mas informais.

De acordo com o Observatório Setorial Territorial, as ocupações com maior número de empregados no DF no mesmo período foram: vendedor de comércio varejista, assistente administrativo, auxiliar de escritório, faxineiro e atendente de lojas e mercados.

Impactos

O MEI tem direito a benefícios previdenciários após 12 meses de carência, prazo mínimo de contribuição para acesso a serviços, como auxílio-doença e salário-maternidade. Além disso, o empreendedor deve entregar, até 31 de maio, a Declaração Anual do Simples Nacional (DASN-Simei), informando que o faturamento não ultrapassou o limite de R\$ 81 mil por ano. A multa por atraso na DASN-Simei tem valor mínimo de R\$ 50, podendo ser reduzida se paga dentro do prazo estabelecido.

Apesar disso, cerca de 63% dos MEIs do DF afirmam não ter clareza sobre as consequências do não pagamento do DAS. A contribuição



Cláudio Torres Damasceno conseguiu regularizar débitos atrasados



Adonai de Souza ficou quatro anos inadimplente

Passo a passo para parcelar os débitos

1 Acesse o site do Simples Nacional: <https://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/>

2 Procure por parcelamentos e escolha a opção “Parcelamento – Microempreendedor Individual”. Clique na chave de acesso.

3 Insira CNPJ, número do CPF do responsável e código de acesso. Caso não possua esse código, clique na opção ao final da página para criar um.

4 Ao acessar a conta da empresa, escolha a opção “Pedido de Parcelamento”.

5 Aparecerá uma relação dos débitos, onde há a opção de retornar ou continuar. O próprio site propõe uma opção de parcelamento de acordo com o valor da dívida.

6 Ao optar por continuar, é emitido um recibo de adesão. No final da página, terá a opção de imprimir a primeira parcela do DAS. Após o pagamento da primeira parcela, é possível escolher “Débito automático” para as parcelas posteriores.

é mensal e varia conforme a atividade exercida. Em 2025, os valores passaram a ser de R\$ 82,05 para comércio e indústria e R\$ 87,05 para serviços, em razão do reajuste do salário mínimo.

A falta de pagamento pode resultar no cancelamento do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). Com isso, o empreendedor fica impedido de emitir notas fiscais e de exercer atividades comerciais formalmente.

Além disso, o trabalhador pode

perder o acesso a benefícios previdenciários, como auxílio-doença e salário-maternidade. O MEI não terá esse tempo inadimplente contado para nenhum benefício da previdência social. Em alguns casos, também pode ser aplicada multa, especialmente pelo atraso na entrega da declaração anual.

Regularização

A regularização pode ser feita de forma on-line, pelo Portal do

Simples Nacional ou pelo aplicativo MEI. Serão cobrados os valores devidos, acrescidos de multa e juros de mora.

Além dos aspectos previdenciários, os débitos como MEI são passíveis de inscrição em dívida ativa. A Receita Federal envia o débito para a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que poderá inscrever os débitos em dívida ativa e realizar a cobrança, a qualquer tempo.

Para o economista Newton Mar-

ques, professor da Universidade de Brasília (UnB), o pagamento regular de MEI é essencial, especialmente por se tratar de valores baixos. “Se o dinheiro for guardado e provisionado, ou seja, reservado para despesas futuras, quando chegar o vencimento, o microempreendedor terá condições de pagar”, explica.

O jornalista Cláudio Torres Damasceno, 52 anos, atua como MEI há 15 anos. Ele conta que foi incentivado pela esposa a abrir uma banca de jornais e revistas após ficar desempregado.

“Continuo até hoje nessa modalidade de trabalho. Um dos pontos positivos é não precisar contratar um contador, o que seria caro para um pequeno negócio”, afirma.

Cláudio reconhece, no entanto, que há dificuldades, como o acesso limitado a crédito e os juros elevados cobrados pelos bancos. Ainda assim, ele diz ter consciência sobre a importância de manter as obrigações em dia.

“Mesmo tendo atrasado alguns pagamentos em determinados momentos, consegui regularizar a situação e, hoje, estou em dia com minhas obrigações”, conclui.